

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, instituída pela Companhia Energética de Brasília - CEB, conforme Deliberação da 11ª Assembleia-Geral Extraordinária, realizada em 14 de junho de 1976. Está registrada no livro "A" nº 01, sob nº 96 no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil, Casamentos, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, em 15 de setembro de 1976, e autorizada a funcionar por prazo indeterminado, de acordo com a Portaria nº 1301, de 20 de dezembro de 1978, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. É pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Fundação tem por finalidade básica instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios de natureza previdenciária, sendo que qualquer prestação de caráter previdenciário somente poderá ser criada, majorada ou estendida com a respectiva receita de cobertura previamente definida em plano anual de custeio. Também poderá incumbir-se da prestação de serviços assistenciais à saúde, obedecidos aos preceitos legais e regulamentares aplicáveis.

Para atingir sua finalidade básica, a entidade conta com recursos de contribuições mensais das empresas patrocinadoras e dos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados e também com a capitalização dos rendimentos auferidos pela aplicação desses recursos.

A FACEB administra atualmente dois planos de benefícios previdenciais, conforme abaixo:

Quadro 1: Planos de Previdência da FACEB

Plano de Benefícios	CNPB	Modalidade	Patrocínio
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da Faceb	1993.0004-29	BD	- Companhia Energética de Brasília - CEB - CEB Distribuição S/A - FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB
Plano de Benefícios CEBPREV	2006.0068-11	CD	- Companhia Energética de Brasília - CEB - CEB Distribuição S/A - FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - CEB Geração S/A - CEB Participação S/A - CEB Lajeado S/A

Fonte: Gerência de Previdência – GPREV.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, Plano BD, da Faceb, encontra-se fechado para novas adesões.

O Plano de Benefícios CEBPREV – Plano CD, na modalidade Contribuição Definida, foi

aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC – por meio do Ofício nº 4.122/SPC/DETEC/CGAF, de 19/12/2006, publicado no Diário Oficial da União em 21/12/2006.

Com objetivo de tornar a administração dos serviços mais especializada, a FACEB estuda a possibilidade de cisão dos planos assistenciais e de previdência por meio da criação de instituições independentes, uma responsável pela gestão dos planos de previdência e outra responsável pela administração dos planos de saúde.

A seguir quadro comparativo dos participantes dos Planos BD e CD de 2019 em relação a 2018:

Quadro 2: Demonstrativo de Participantes por Plano

PLANOS	2019		2018	
	ATIVOS	ASSISTIDOS	ATIVOS	ASSISTIDOS
Benefício Definido – BD	295	1.534	345	1.516
Contribuição Definida – CD	821	20	849	6
TOTAL	1.116	1.554	1.194	1.522

Fonte: Gerência de Previdência – GPREV.

Foi publicada no Diário Oficial da União de 30/11/2018, a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que trata da apuração dos resultados, destinação do superavit e equacionamento do déficit. As alterações elencadas na citada resolução trazem regras de solvência dos planos de benefícios previdenciários, determinando tratamentos especiais para destinação da reserva especial e equacionamento do deficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefício.

A Diretoria Executiva apreciou as notas explicativas relativas às demonstrações contábeis no dia 19/03/2020 e submeteu ao Conselho Deliberativo, que aprovou dia 27/03/2020.

Para o exercício de 2019 não houve eventos subsequentes relevantes que gerem ajustes as demonstrações contábeis, conforme CPC nº 24/IAS 10.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e a longo prazo e incluem a totalidade dessas rubricas na contabilização dos planos mantidos pela entidade.

Por determinação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, os valores

das demonstrações contábeis e notas explicativas estão expressos em milhares de reais. A FACEB apresenta, mensalmente, balancete por plano de benefício, balancete do Plano de Gestão Administrativa e balancete consolidado. As demonstrações contábeis da FACEB estão apresentadas da seguinte forma:

- Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada e por plano de benefício) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior; e
- Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior.

As operações relativas ao plano de assistência   saúde estão demonstradas separadamente de acordo as instruções e a planificação contábil da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em atendimento   Resolução CNPC n  29, de 13 de abril de 2018, as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis foram:

3.1 Apurac o de Resultados

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

3.2 Estimativas e julgamentos contábeis essenciais

A Funda o realiza determinadas estimativas e premissas em rela o ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. Aquelas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo:

Julgamentos, estimativas e premissas:

a. Provisões técnicas atuariais

Envolvem c culos complexos em função da utilização de premissas atuariais, premissas econ micas, tais como taxa de infla o, ganho real de investimentos, escala de ganhos salariais, premissas não econ micas, como idade de aposentadoria, mortalidade, composição familiar entre outras. A Funda o contrata empresa especializada

independente para calcular as provisões técnicas atuariais.

b. Processos legais

As provisões contingências decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências são avaliadas por consultores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As classificações de risco dos processos judiciais são revisadas periodicamente pela consultoria jurídica da Fundação.

c. Provisão para perdas e para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC n o 34, de 24/09/2009 e apresentados abaixo. As provisões são contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Portanto, os investimentos estão apresentados pelo seu valor líquido.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Quadro 3: Demonstrativo de Dias em atraso e Percentual a Provisionar para Perda

Dias em Atraso	%
De 61 a 120 dias	25%
De 121 a 240 dias	50%
De 241 a 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

Fonte: INSTRUÇÃO SPC Nº 34, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009

d. Provisão de Férias e 13º. Salário e Respectivos Encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o 13º salário, são provisionadas no Plano de Gestão de Gestão Administrativa – PGA, pelo regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.3 Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) consolidada

A DMPS consolidada destina-se à evidenciação das alterações do patrimônio social, no exercício a que se referir.

3.4 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada explica a atividade administrativa da EFPC, evidenciando as alterações do fundo administrativo.

3.5 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por plano de benefícios

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por plano de benefícios explica

a atividade administrativa da EFPC, relativa a cada plano de benefícios, evidenciando as alterações do fundo administrativo do plano de benefícios.

3.6 Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

A Demonstração do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios, no exercício a que se referir.

3.7 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios

A Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios destina-se à evidenciação das alterações do ativo líquido do plano de benefícios, no exercício a que se referir.

3.8 Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)

A demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT) destina-se a evidenciar a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela entidade.

NOTA 4 – Ativo Realizável

A seguir quadro comparativo do Ativo Realizável por plano:

Quadro 4: Demonstrativo Ativo Realizável dos Planos Administrados pela FACEB
R\$

Mil					
2019					
NOME DA CONTA	PLANO BD	PLANO CD	PGA	OPERAÇÕES COMUNS	CONSOLIDADO
REALIZÁVEL	1.414.614	76.994	24.435	(16.322)	1.499.721
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.601	1.716	0	0	3.317
GESTÃO ADMINISTRATIVA	9.310	6.135	8.836	(16.322)	7.959
INVESTIMENTOS	1.403.703	69.143	15.599	0	1.488.445
R\$ Mil					
2018					
NOME DA CONTA	PLANO BD	PLANO CD	PGA	OPERAÇÕES COMUNS	CONSOLIDADO
REALIZÁVEL	1.316.344	58.457	23.275	(14.180)	1.383.896
GESTÃO PREVIDENCIAL	5.985	1.645	0	0	7.629
GESTÃO ADMINISTRATIVA	8.741	4.855	8.752	(14.163)	8.185
INVESTIMENTOS	1.301.618	51.957	14.523	(17)	1.368.081

Fonte: Balançetes de Dezembro exercícios 2019 e 2018

4.1 – Gestão Previdencial: O valor de R\$ 3.317 mil (R\$ 7.629 mil em 2018) é composto de direitos a receber de participantes no valor de R\$ 1.650 mil (R\$ 1.678 mil em 2018), outros recursos a receber de participantes no valor de R\$ 21 mil (R\$ 4 mil em 2018), depósitos judiciais recursais de R\$ 12 mil (R\$ 4.425 mil em 2018) e contribuição da patrocinadora e valores a receber no valor de R\$ 1.634 mil (R\$ 1.522 mil em 2018).

4.2 – Gestão Administrativa: o valor R\$ 7.959 mil (R\$ 8.185 mil em 2018) representa direitos a receber que estão contabilizados pelo regime de competência e depósitos judiciais

recursais relativos ao PIS e COFINS.

4.3 – Investimentos - neste grupo estão registrados os recursos garantidores das provisões matemáticas e do Plano de Gestão Administrativa em Cotas de Fundo Referenciado DI, em Títulos Públicos Federais. Estão, também, registrados acréscimos ou decréscimos decorrentes de tais operações. Os investimentos, em sua maioria, estão custodiados no Banco Itaú Unibanco e na B3 – Brasil Bolsa e Balcão. Do Patrimônio total da Faceb em 31 de dezembro de 2019, 4,77% estão sob gestão terceirizada, neste contexto estão inseridos os Fundos de Renda Fixa, Renda Variável, Multimercados, Participações e Imobiliário.

Os Investimentos da FACEB são acompanhados permanentemente com relatórios produzidos pela gerência de Investimentos, bem como, pelo Comitê de Investimentos da Fundação, onde são definidas as estratégias de investimentos aderentes à Política de Investimentos.

4.3.1 - Os investimentos efetuados em títulos do governo federal e em créditos privados incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados *pro rata die*, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

4.3.2 - As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

4.3.3 - Os fundos de Investimento são abertos, estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos administradores, tomando por base as variações de mercado.

4.3.4 - Os Investimentos Imobiliários são registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados no laudo de reavaliação. A receita de aluguéis é registrada no resultado do exercício, na rubrica de rendas/variações positivas de investimentos imobiliários.

O imóvel da Fundação situado em Brasília foi reavaliado em outubro de 2017, sendo revisado a cada três anos abrangendo todo o seu agregado físico. O Laudo foi fundamentado nas normas técnicas da ABNT, Avaliação de Bens, registradas no INMETRO como NBR 14.653 – Parte 1 (Procedimentos Gerais) e Parte 2 (Imóveis Urbanos), a avaliação apresenta a especificação de Grau de fundamentação II e Grau de precisão III, foi utilizado o método comparativo direto de dados de mercado, conforme subitem 8.2.1 da NBR 14653-2, baseado em processo de inferência estatística, com adoção de modelo de regressão linear múltipla e o auxílio do programa SISREN versão 1.98.2.

Segue quadro relativo à reavaliação do Imóvel:

Quadro 5: Reavaliação do Imóvel da FACEB (Plano BD)

IMÓVEL	SCS Quadra 4, Bloco "A", nº 141/153 Lotes 10 e 11 Ed. FACEB - Brasília - DF
HISTÓRICO	Reavaliação de Imóvel de Uso Próprio e Locada a Terceiros
DATA DA REAVALIAÇÃO	30/10/2017
DATA DO REGISTRO CONTÁBIL	31/10/2017
AVALIADOR RESPONSÁVEL	Eucalyptus Engenharia e Construção Ltda. CNPJ 03.082.650/0001-11
VALOR CONTÁBIL ATÉ A DATA DA REAVALIAÇÃO	R\$ 18.241 Mil
VALOR DA REAVALIAÇÃO	R\$ 13.000 Mil
RESULTADO DA REAVALIAÇÃO	(R\$ 5.241) Mil
VIDA ÚTIL REMANESCENTE	50 anos
CONTAS CONTÁBEIS RELACIONADAS	123.604.01 e 123.604.03
VALOR CONTÁBIL ATÉ 31/12/2019	12.837 Mil

Após embates judiciais, foi recebido em garantia da CCI da Empresa M. Brasil um imóvel localizado na Rua São Cristóvão - Rio de Janeiro/RJ pelo valor de R\$ 4.283 mil. O imóvel foi contabilizado, porém foi constituída uma provisão para perda do total por diligência da Administração, tendo em vista a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que dispõe que as aquisições de investimentos imobiliários devem ser precedidas de laudo de avaliação. A provisão para perda do referido imóvel foi realizada, tendo em vista o que dispõe o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nº 27 acerca da contabilização de ativo imobilizado, considerando também o CPC 30, que trata da contabilização de receitas, em consonância com princípio contábil da prudência.

4.3.5 - Os Empréstimos concedidos aos participantes do Plano BD estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais, sendo a taxa adotada para concessão equivalente ao INPC mais 0,70% ao mês.

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 04/2002, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independente do prazo a decorrer da data de aquisição; e
- Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados em “títulos para negociação” avaliados mensalmente ao valor de mercado refletem os preços atuais, negociados em uma determinada data, de todos os ativos que compõem a carteira da fundação. Os efeitos das classificações são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. O quadro a seguir demonstra as referidas classificações:

Quadro 6: Investimentos do Plano Previdência da FACEB (Plano BD)

1 - Investimentos do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB (PLANO BD)

1 - RENDA FIXA

R\$ Mil

1.1 - Títulos Mantidos até o Vencimento	Exercício 2019		Exercício 2018	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
Títulos Públicos	550.674	800.864	736.114	1.116.202
Notas do Tesouro Nacional - NTN	550.674	800.864	736.114	1.116.202
Créditos Privados e Depósitos	59.869	79.840	59.869	93.857
Debêntures Não Conversíveis - DNC CIA Aberta	1	5	1	5
Cédula de Crédito Bancário - CCB SPE	17.200	11.807	17.200	13.536
Letra Financeira - LF	42.668	68.028	42.668	80.316
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	610.543	880.704	795.983	1.210.059

Os Títulos Classificados no item 1.1 possuem os seguintes vencimentos para os próximos exercícios:

	Total
Até 60 Dias	-
De 61 a 180 dias	-
de 181 a 360 dias	-
Acima de 360 dias	880.704
Total	880.704

R\$ Mil

1.2 - Títulos para Negociação	Exercício 2019		Exercício 2018	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Títulos Públicos	164.464	405.209	=	=
Notas do Tesouro Nacional – NTN ¹	164.464	405.209	-	-
Fundos de Investimento	61.816	70.673	61.816	44.417
Renda Fixa ³	-	26.111	-	8.633
Ações ³	-	18.063	-	10.550
Direitos Creditórios	13.022	6.182	13.022	8.190
Participações ²	45.754	7.518	45.754	9.337
Imobiliário	3.040	7.801	3.040	3.966
Multimercado ³	-	4.998	-	3.741

Notas:

1. Títulos Públicos em Notas do Tesouro Nacional:

Para implementação das Estratégias Previdências para meados de 2020 (em virtude da

previsibilidade de saque de até 25% do saldo de reserva de cada participante), a FACEB reclassificou de Títulos Mantidos até o Vencimento para Títulos Marcados a Mercado, em conformidade com o § 2º, art. 34 da RESOLUÇÃO CNPC Nº 29, DE 13 DE ABRIL DE 2018. Dessa forma, a FACEB reclassificou a quantidade de (i) 21.136 (vinte e uma mil cento e trinta e seis) NTN-Bs com vencimento em 2050 e taxas de 4,55% e 4.58%; e (ii) 80.415 (oitenta mil quatrocentos e quinze) NTN-Bs com vencimento 2024, com o custo total de aquisição no valor de R\$ 164.464 (cento e sessenta e quatro milhões e quatrocentos e sessenta e quatro mil reais). Ao final do exercício de 2019 a carteira de títulos apresentou valor de mercado de R\$ 405.209 (quatrocentos e cinco milhões duzentos e nove mil reais) em decorrência da redução das taxas de juros do mercado. A operação gerou um resultado positivo no plano previdenciário BD de aproximadamente R\$ 71 milhões.

2. Fundos de Investimentos em Participações:

FIP Multiner: O FIP MULTINER, constituído em 05/11/2008 sob a forma de condomínio fechado e cuja FACEB possui 2,76% das cotas, sofreu precificação dos ativos nas empresas investidas pelo FIP que resultou na desvalorização de suas cotas. Essa reavaliação foi feita em setembro/2016, com impacto negativo de - 76,37%, e outra em outubro/2017, que impactou negativamente o fundo em -81,36%. Em dezembro de 2019 a posição contábil do Fundo está negativa de R\$ 400 mil reais. Em 2019 o FIP Multiner fez 3 (três) chamadas de capital para cobertura de despesas do fundo e recomposição do PL Negativo. A primeira chamada de capital, para cobrir as despesas do FIP, foi em junho de 2019 no valor total de R\$ 62 mil reais (participação FACEB - 2,76%). Em agosto de 2019 houve um complemento na chamada de capital com a obrigação de cobertura de despesas no montante de R\$ 8 mil reais. No mês de setembro de 2019, o administrador fez uma 2ª chamada de capital para os cotistas para aportar no caixa do FIP e recompor o PL negativo o valor de R\$ 24,5 mil reais. A terceira chamada de capital foi realizada em novembro de 2019 no valor de R\$ 19 mil reais.

FIP Bioenergia: O FIP BIOENERGIA, foi constituído em abril de 2011 sob a forma de condomínio fechado e cuja FACEB possui 1,01% das cotas. Em dezembro de 2019 a posição contábil do Fundo está negativo em R\$ 97 milhões. O FIP Bioenergia tem como ativo principal a Canabrava Bioenergia Participações S.A., holding do chamado Grupo Canabrava, que contém, dentre outras empresas, uma usina de produção de etanol. Após a contratação do Novo Gestor em 2017, com a realização das diligências nas companhias investidas, pôde-se ter a real dimensão dos passivos relativos ao único ativo que compõe a carteira do Fundo. Verificou-se também que o passivo do Fundo é formado por inúmeras obrigações ordinárias e de manutenção (taxa de administração, gestão, taxa CVM, auditoria, entre outros), obrigações perante prestadores de serviços e demandas judiciais. Ao longo do ano, houve três chamadas de capital, para recomposição do PL negativo e pagamento de despesas pertinentes ao FIP. A primeira chamada de capital foi realizada em janeiro de 2019, no valor de R\$ 104 mil reais. Em março de 2019, a FACEB pagou ao fundo o valor de R\$ 15 mil reais (sua participação do FIP) em despesas advocatícias. A segunda chamada de capital foi realizada em abril de 2019, no valor de R\$ 32 mil reais. Em dezembro de 2019, o administrador fez a última chamada de capital no valor de R\$ 48 mil reais.

3. Fundos de Investimentos em Renda Fixa, Ações e Multimercado:

Ao longo do ano de 2019 a FACEB fez várias realocações na carteira, aumentando a participação gradual em renda variável e melhorando os ativos de renda fixa. Neste período foram feitas várias diligências, a fim de verificar todos os pontos de exigência da Resolução

CMN 4.661 e Instrução PREVIC N° 01, e os órgãos de governança da fundação aprovaram alocações nos fundos: (i) Classificação Renda Fixa: Occam Institucional FIC FIM e Vinci Valores FIM; (ii) Classificação Multimercado Estruturado: Az Quest Equity Hedge; (iii) Classificação Renda Variável: Moat Capital FIC FIA e Quest Small Caps FIC FIA.

A Faceb possui em sua carteira de investimentos uma pequena participação na João Fortes Engenharia S.A, conforme demonstrativo abaixo:

1.3 - Ações	R\$ Mil			
	Exercício 2019		Exercício 2018	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Ações Companhias Abertas	6.327	299	6.327	384
JOAO FORTES (ON)	6.327	299	6.327	384

Quadro 7: Investimentos do Plano Previdência da FACEB (Plano CD)

2 - Investimentos do Plano de Previdência da FACEB (PLANO CD)

2 - RENDA FIXA

2.1 - Títulos Mantidos até o Vencimento	R\$ Mil			
	Exercício 2019		Exercício 2018	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
Títulos Públicos	16.914	17.909	16.914	17.270
Notas do Tesouro Nacional - NTN	16.914	17.909	16.914	17.270
Créditos Privados e Depósitos	1.086	2.462	1.086	1.944
Letra Financeira - LF	1.086	2.462	1.086	1.944
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	18.000	20.371	18.000	19.214

Os Títulos Classificados no item 2.1 possuem os seguintes vencimentos para os próximos exercícios:

	Total
Até 60 Dias	0
De 61 a 180 dias	0
de 181 a 360 dias	0
Acima de 360 dias	20.371
Total	20.371

R\$ Mil

2.2 - Títulos para Negociação	Exercício 2019		Exercício 2018	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado ¹	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Títulos Públicos	=	=	8.133	8.787

Notas do Tesouro Nacional – NTN ²	-	-	8.133	8.787
Fundos de Investimento³	=	39.837	=	17828
Renda Fixa	-	24.674	-	11.730
Ações	-	9.369	-	2.351
Multimercado	-	5.794	-	3.747

Notas:

1. Valor de Mercado

Os títulos para Negociação são considerados com prazo indeterminado.

2. Títulos de Públicos – Notas do Tesouro Nacional - NTN

No primeiro semestre de 2019 a FACEB vendeu os títulos públicos marcados a mercados, a fim de realizar o ganho obtido com a queda da taxa de juros e realizou alocações estratégicas, com este recurso, em fundos de investimentos, com o objetivo de obter melhores retornos e superar o indicador de referência do plano.

3. Fundo de Investimento

Ao longo do ano de 2019 a FACEB fez várias realocações na carteira, aumentando a participação em renda variável (de aproximadamente 2% para 14% dos Recursos Garantidores) e melhorando os fundos de renda fixa na carteira. Neste período foram feitas várias diligências, a fim de verificar todos os pontos de exigência da Resolução CMN 4.661 e Instrução PREVIC Nº 01, e os órgãos de governança da fundação aprovaram alocações nos fundos: (i) Classificação Renda Fixa: AF Invest CP Geraes, Occam Institucional FIC FIM, e Vinci Valores FIM; (ii) Classificação Multimercado Estruturado: Az Quest Equity Hedge; (iii) Classificação Renda Variável: Moat Capital FIC FIA e Quest Small Caps FIC FIA.

Quadro 8: Investimentos do Plano de Gestão Administrativa da FACEB (PGA)

3 - Investimentos do Plano de Gestão Administrativa (PLANO PGA)

3 - RENDA FIXA

R\$ Mil

3.1 - Títulos Mantidos até o Vencimento	Exercício 2019		Exercício 2018	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
Títulos Públicos	3.972	5.437	3.972	5.223
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.972	5.437	3.972	5.223
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	3.972	5.437	3.972	5.223

Os Títulos Classificados no item 2.1 possuem os seguintes vencimentos para os próximos exercícios:

	Total
Até 60 Dias	-
De 61 a 180 dias	-
de 181 a 360 dias	-
Acima de 360 dias	5.437

Total **5.437**

3.2 - Títulos para Negociação	Exercício 2019		Exercício 2018	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Fundos de Investimento¹	=	10.162	=	9.301
Renda Fixa	-	10.162	-	9.301

Notas:

1. Fundo de Investimento:

100% dos recursos alocados em ativos do segmento de Renda Fixa, ao longo do ano de 2019 a FACEB melhorou e diversificou a composição os fundos que têm em carteira melhorando a rentabilidade do plano. Neste período foram feitas várias diligências, a fim de verificar todos os pontos de exigência da Resolução CMN 4.661 e Instrução PREVIC N° 01, os órgãos de governança da fundação aprovaram alocações nos fundos: (i) Classificação Renda Fixa: AF Invest CP Geraes e Safra Cap Mark Prêmio.

A FACEB mantém provisão para perda no valor total dos investimentos, ou seja, 100%, considerados de difícil realização, conforme Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as mesmas estão acionadas judicialmente visando o seu recebimento, conforme a seguir:

Quadro 9: Provisão para Perda Plano Consolidado

DESCRIÇÃO (Consolidado)	Exercício 2019	Exercício 2018
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	55.912	57.348
CDB - Certificado de Depósito Bancário (Banco Santos S/A)	1.381	1.794
Procid Participações e Negócios S/A e Crefisul Leasing	10.682	10.682
DNC - Debêntures não Conversíveis (Ulbra Recebíveis S/A)	6.722	6.722
DNC - Debêntures não Conversíveis (Sultepa)	11.792	11.792
CCB - Sociedade Ltda. (SAMCIL)	6.743	6.743
CCI - Sociedade Ltda. (M. Brasil)	426	426
CCI - Sociedade Ltda. (Ponto Final/Ameplan)	18.166	19.189
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	5.795	5.795
Aluguéis	1.427	1.427
Imóvel (Rio de Janeiro)	4.368	4.368
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	502	660
Empréstimos	502	660
TOTAL	62.209	63.803

Verifica-se por meio da análise do quadro acima que houve uma redução das Provisões para Perda em razão da recuperação, via judicial, de parte dos investimentos da CCI - Sociedade Ltda. (Ponto Final/Ameplan) e do CDB - Certificado de Depósito Bancário (Banco Santos S/A).

4.3.6 – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND

Em 29 de novembro de 2010, foi emitida a certidão do trânsito em julgado da ação que a Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, moveu contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, referente à diferença de correção monetária paga a menor no período de abril/1990 a fevereiro/1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC para o BTN.

A FACEB associada da ABRAPP é parte nessa ação, logo possui uma contingência ativa.

Embora o julgamento da ação, em segunda instância, tenha sido favorável à ABRAPP, tendo tal decisão já transitada em julgado com petição de execução, a FACEB não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento da referida ação (processo ainda em fase de execução).

Em 14 de outubro de 2011 a PREVIC encaminhou Ofício n.º 4651/2011/CGMC/DIACE/PREVIC não autorizando o registro contábil.

Quadro 10: Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

DESCRIÇÃO	Exercício 2019	Exercício 2018
TÍTULOS PÚBLICOS	1.229.419	1.147.482
Notas do Tesouro Nacional	1.229.419	1.147.482
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	82.302	95.801
Instituições Financeiras	70.490	82.260
Companhias Abertas	5	5
Sociedades de Propósito Específico	11.807	13.536
AÇÕES	299	384
Companhias Abertas	299	384
FUNDOS DE INVESTIMENTO	120.671	71.546
Referenciado	-	-
Renda Fixa	60.946	29.663
Ações	27.432	12.902
Multimercado	11.976	7.488
Direitos Creditórios	7.518	8.190
Participações	7.801	9.337
Imobiliário	4.998	3.966
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	12.894	12.955
Uso Próprio	2.144	2.147
Locadas a Terceiros	10.750	10.808
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	42.227	39.279
Empréstimos	42.227	39.279
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	633	633
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	1.488.445	1.368.080

Fonte: Balançetes de Dezembro exercícios 2019 e 2018

Apresentamos a seguir quadros demonstrativos evidenciando as rentabilidades obtidas e as exigidas em 2019, comparativamente com as de 2018:

Quadro 11: Comparativo Rentabilidade do Plano BD

EXERCÍCIO	RENTABILIDADE PLANO BD		
	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2019	16,73	9,73	7,00

2018	10,43	9,28	1,15
-------------	-------	------	------

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV/FACEB

Quadro 12: Comparativo Rentabilidade do Plano CD

RENTABILIDADE PLANO CD			
EXERCÍCIO	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2019	13,63	8,92	4,71
2018	12,61	7,93	4,68

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV/FACEB

Quadro 13: Comparativo Rentabilidade do PGA

RENTABILIDADE PGA			
EXERCÍCIO	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2019	7,38	5,97	1,41
2018	7,94	6,62	1,32

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV/FACEB.

Conforme solicitação no Relatório de Fiscalização nº 37/2018 - Processo nº 44011.004144/2018-19 divulgamos a seguir o atingimento da Meta Atuarial, no período de 2012 a 2017.

Rentabilidade do Plano BD x Meta Atuarial (%)				
Ano	Relatórios Anuais			
	Rentabilidade	Meta	Variação	
			Exponencial	Simplex
2012	14,11	12,57	1,37	1,54
2013	9,79	11,9	-1,89	-2,11
2014	14,42	12,34	1,85	2,08
2015	16,07	17,62	-1,32	-1,55
2016	12,57	12,63	-0,05	-0,06
2017	9,34	7,81	1,53	1,53
2018	10,43	9,28	1,05	1,15
2019	16,73	9,73	6,38	7,00

NOTA 5 - Ativo Permanente

Registra o valor de bens e direitos imobilizados, além de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício. Os itens do ativo permanente estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações ou amortizações. É composto de imobilizado e intangível, no montante de R\$ 202 mil (R\$ 180 mil em 2018).

Quadro 14: Ativo Permanente da FACEB

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	Exercício 2019	Exercício 2018
PERMANENTE	202	180
IMOBILIZADO	202	180

MÓVEIS E UTENSÍLIOS	95	101
(-) DEPRECIAÇÃO - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(106)	(109)
CUSTO ATRIBUÍDO - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	201	210
VEÍCULOS	-	8
(-) DEPRECIAÇÃO - VEÍCULOS	-	(29)
CUSTO ATRIBUÍDO - VEÍCULOS	-	37
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	107	70
(-) DEPRECIAÇÃO - COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	(163)	(201)
CUSTO ATRIBUÍDO - COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	270	271
VENTILADORES E REFRIGERADORES DE AR	-	-
(-) DEPRECIAÇÃO - VENTILADORES E REFRIGERADORES DE AR	(45)	(58)
CUSTO ATRIBUÍDO - VENTILAD. E REFRIGERADORES	45	58
INTANGÍVEL	-	-
GASTOS C/IMPLANTAÇÃO, REORGANIZ. E DESENVOLV.	-	-
SOFTWARE/IMPLEMENTAÇÃO SITE	-	-
(-) AMORTIZAÇÃO	(6)	(6)
CUSTO ATRIBUÍDO - SOFTWARE	6	6

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2019 e 2018

A FACEB adotou as seguintes taxas de depreciação e amortização:

- Móveis e utensílios: 10 % a.a.;
- Máquinas e equipamentos: 10 % a.a.;
- Computadores e periféricos: 20 % a.a.;
- Ventiladores e refrigeradores de ar: 25% a.a.;
- Veículos: 20% a.a.; e
- Intangível: 20% a.a.

NOTA 6 - Gestão Assistencial

Está Registrado o ativo total do plano de assistência à saúde, com registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Quadro 15: Gestão Assistencial		R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	2019	2018	
GESTÃO ASSISTENCIAL	47.119	44.806	

NOTA 7 - Regime Tributário

7.1 - Imposto de Renda para as Entidades Fechadas

Em 29 de dezembro de 2004 foi publicada a Lei nº 11.053, conversão da MP nº 209 de 2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. A lei, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2005, isentou os Fundos de Pensão do pagamento do Imposto de Renda.

7.2 - Imposto de Renda para os Participantes

De acordo com a legislação vigente para os planos previdenciários na modalidade BD (Benefício Definido), é utilizada a tabela progressiva de Imposto de Renda. Para os participantes do plano CD (Contribuição Definida) é opcional a escolha da tabela de IRRF (progressiva ou regressiva).

7.3 - PIS e Cofins

O PIS e a Cofins são calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base nas receitas auferidas de acordo com a legislação pertinente, e partir da competência do mês de março/2006 passaram a ser depositados judicialmente. (nota 10). A partir da competência de janeiro de 2015 as referidas contribuições passaram a ser recolhidas normalmente, e não mais depositadas judicialmente, conforme orientação jurídica.

NOTA 8 – CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o valor das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para a cobertura dos respectivos custos administrativos.

As fontes utilizadas para o custeio administrativo dos planos de benefícios geridos pela FACEB foram as seguintes:

- Contribuição dos participantes e assistidos definidas no plano de custeio anual;
- Contribuição das patrocinadoras definidas no plano de custeio anual;
- Resultado dos investimentos;
- Taxa de administração de empréstimos aos participantes;
- Reembolso dos Patrocinadores e Instituidores;
- Receitas Administrativas;
- Fundo Administrativo.

O teto limite de destinação de recursos (fontes), para o plano de gestão administrativa, é de 1% de taxa de administração, percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir. A Faceb destinou o percentual de 0,67% (0,64% em 2018), conforme demonstrado a seguir:

A) RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS – RGRT

		R\$ Mil
1.0.0.0.00.00.00	ATIVO	1.472.860
1.1.0.0.00.00.00	DISPONÍVEL	14
1.2.3.0.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.472.846
2.0.0.0.00.00.00	PASSIVO	2.042
2.1.3.0.00.00.00	EXIG. OPERACIONAL INVESTIMENTOS	1.391

2.2.3.0.00.00.00	EXIG. CONTINGENCIAL INVESTIMENTOS	651
RGRT =	(ATIVO - PASSIVO)	1.470.818

B) RECURSOS DESTINADOS AO PGA

		R\$ Mil
CONTAS		
3.4.2.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES/REEMBOLSOS	2.825
5.4.0.0.00.00.00	COBERTURA/REVERSÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	7.049
RECURSOS TRANSFERIDOS AO PGA		9.874

C) LIMITE DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO =

(Recursos destinados ao PGA) X 100 =

0,67 %

RGRT

Limite legal: 1%

Meta aprovada pelo Conselho Deliberativo 0,74%

Quanto ao critério de Rateio das despesas administrativas, as despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios foram custeadas integralmente pelo plano a que se referir, não cabendo rateio entre os demais planos.

As despesas administrativas comuns foram custeadas pelos planos de benefícios por meio de critério de rateio, de acordo com a seguinte metodologia:

- As despesas administrativas previdenciais foram custeadas pelos Planos de Benefícios administrados pela FACEB, considerando o número de participantes e seus pesos, bem como as reservas matemáticas dos planos de benefícios.
- As despesas administrativas assistenciais foram integralmente custeadas pelos Planos de Benefícios assistenciais administrados pela FACEB.
- As despesas administrativas de investimentos foram custeadas pelos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, na proporção dos recursos garantidores de cada um no total de recursos administrados pela FACEB.

As despesas administrativas foram contabilizadas no PGA – Plano de Gestão Administrativa, as quais foram rateadas entre as Gestões Previdencial, Assistencial e Fluxo dos Investimentos, seguindo as seguintes diretrizes:

Quadro 16: Critério de Rateio Despesas Administrativas

GESTÃO	PESSOAL E ENCARGOS	SERVIÇOS DE TERCEIROS	DESPESAS GERAIS
PREVIDENCIAL	27,69%	39,08%	21,52%
INVESTIMENTO	33,87%	26,62%	32,85%
ASSISTENCIAL	38,44%	34,30%	45,63%

Obs.: As despesas totais de Pessoal e encargos foram rateadas de acordo com percentuais apresentados (média ponderada), facilitando desta forma a parte operacional.

NOTA 9 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

O montante de R\$ 9.697 mil (R\$ 8.238 mil em 2018) deste grupo representa os compromissos financeiros assumidos pela FACEB e não liquidados até a data do balanço. Está assim distribuído: Gestão Previdencial - R\$ 7.177 mil (R\$ 4.941 mil em 2018), Gestão Administrativa - R\$ 1.594 mil (R\$ 2.262 mil em 2018) e Investimentos - R\$ 926 mil (R\$ 1.036 mil em 2018).

Quadro 17: Exigível Operacional

2019					R\$ Mil
NOME DA CONTA	PLANO BD	PLANO CD	PGA	OPERAÇÃO COMUNS (*)	CONSOLIDADO
EXIGÍVEL PREVIDENCIAL	8.446	534	1.594	(877)	9.697
GESTÃO PREVIDENCIAL	7.059	530	0	(411)	7.177
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-	1.594	-	1.594
INVESTIMENTOS	1.387	4	-	(466)	926

2018					R\$ Mil
NOME DA CONTA	PLANO BD	PLANO CD	PGA	OPERAÇÃO COMUNS (*)	CONSOLIDADO
EXIGÍVEL PREVIDENCIAL	6.041	510	2.271	(584)	8.238
GESTÃO PREVIDENCIAL	4.874	500	0	(434)	4.940
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-	2.271	(9)	2.262
INVESTIMENTOS	1.167	10	0	(141)	1.036

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2019 e 2018

NOTA 10 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A FACEB é parte em processos contingenciais de natureza cível e Tributária. O critério adotado pela Fundação considera a possibilidade de ocorrência de perda nas ações de pólo passivo, com base na avaliação jurídica de cada ação, conforme quadro a seguir:

Quadro 18: Exigível Contingencial

Exigível Contingencial				R\$ Mil
Descrição	Previdencial Plano BD	Investimento Plano BD	Administrativo	Total
Valor Provisionado	861	651	7.604	9.116
Depósitos judiciais e recursais	-	(633)	(7.527)	(8.161)
Saldo líquido	861	18	77	955

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2019

Está registrado no exigível contingencial da Gestão Previdencial o valor R\$ 861 mil (R\$

4.629 mil em 2018).

Os valores relativos aos depósitos judiciais/recursais referentes ao contingencial estão contabilizados em contas do ativo, no entanto foi estornado o valor de R\$ 4.438 na Gestão Previdencial, zerando os saldos registrados no Balancete, uma vez que a Faceb, na condição de responsável pela retenção e recolhimento do tributo, não se figura parte direta nas ações judiciais dos participantes (R\$ 4.411 mil em 2018), R\$ 633 mil (R\$ 633 mil em 2018) do Investimento e R\$ 7.527 mil (R\$ 7.527 mil em 2018) da Gestão Administrativa.

No Exigível contingencial administrativo estão contabilizados os valores relativos à ação judicial de tributos (PIS e COFINS), considerando que a exigibilidade destes vem sendo discutida judicialmente no valor de R\$ 7.527 mil (R\$ 7.527 mil em 2018).

As eventuais perdas foram enquadradas em remotas, prováveis e possíveis, para fins de registro nas demonstrações contábeis, levando-se em consideração a seguinte regra de provisionamento: 100% do valor apurado nos processos avaliados como perda provável e nenhum tratamento contábil aos processos avaliados como perda remota e possível, conforme quadro a seguir:

Quadro 19: Valor em Risco R\$ mil

EXPECTATIVA DE PERDA	PLANO BD		PGA	
	VALOR EM RISCO	VALOR PROVISIONADO	VALOR EM RISCO	VALOR PROVISIONADO
REMOTA	6.773	0	116	0
PROVÁVEL	879	879	77	77
POSSÍVEL	295	0	0	0
TOTAL	7.947	879	193	77

Fonte: Balancete de Dezembro exercício 2019

NOTA 11 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

11.1 - Plano na modalidade Benefício Definido

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos de consultoria atuarial contratada pela entidade e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos, benefícios a conceder e à provisão matemática a constituir.

A avaliação atuarial é o estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal. Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e quantidade de dependentes), a depender das características de cada plano.

Para a avaliação atuarial do exercício foram utilizados os dados cadastrais posicionados em 31 de dezembro de 2019 e as seguintes hipóteses e premissas atuariais, atestadas pelo atuário responsável pelo Plano:

Quadro 20: Demonstrativo Metodologia de Avaliação Atuarial Plano BD

Hipótese	Utilizada na Avaliação Atuarial 2019	Utilizada na Avaliação Atuarial 2018
Tábua de mortalidade geral (válidos)	AT - 2000 M&F suavizada em 10%	AT - 2000 M&F suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Taxa real anual de juros	5,00%	5,00%
Taxa anual de crescimento real dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Rotatividade	Tábua experiência GAMA –FACEB 2010 – 2014 (Taxa média de 0,15%)	Tábua experiência GAMA –FACEB 2010 – 2014 (Taxa média de 0,23%)
Fator de capacidade salarial	Não aplicável	0,9828
Fator de capacidade dos benefícios	0,9800	0,9828
Taxa anual de inflação estimada	3,75%	3,91%

Fonte: LAUDO ATUARIAL PLANO BD DA MERCER GAMA

Foi adotado método atuarial de Capitalização conjugado com o método Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB - Plano BD, exceto os benefícios de Auxílio Funeral, Suplementação de Auxílio Doença e Suplementação de Auxílio-Reclusão, onde se adota o regime de Repartição Simples. Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior

As provisões de benefícios concedidos representam o valor atual dos benefícios futuros já concedidos, líquidos das futuras contribuições, a serem pagos aos assistidos e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada.

As provisões de benefícios a conceder representam o valor atual dos benefícios futuros, ainda não concedidos, deduzido das futuras contribuições, a serem pagos aos participantes ativos na forma de benefícios, sejam de prestação continuada, sejam de prestação única (Pecúlio por morte).

As provisões matemáticas a constituir – serviço passado – representam o registro de pagamentos futuros de joia a amortizar de participantes.

A adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,27% ao ano, já considerados os limites legais para o

encerramento deste exercício. Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção da taxa real anual de juros de 5,00% a.a. De acordo com a avaliação atuarial de 31/12/2019, a “duração” do passivo do Plano BD resultou em 12,18 anos.

11.2 - Plano na modalidade Contribuição Definida

As provisões matemáticas são determinadas em função dos recursos acumulados, compostos pelas contribuições dos participantes, patrocinadoras e a rentabilidade proveniente da aplicação dos recursos.

O plano não apresenta componentes de riscos atuariais, em função de se tratar de plano estruturado na modalidade de contribuição definida. As hipóteses atuariais aplicáveis ao CEBPREV destinam-se exclusivamente ao cálculo do benefício pago na forma de renda por prazo indeterminado, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial. Além disso, o plano prevê uma cobertura adicional de risco para os eventos de invalidez e morte, mediante ao aceite do Participante que será incluído no Contrato de Seguro, sendo o custeio desses benefícios definidos por meio do contrato fixado com segurador, conforme disposto no Capítulo V do Regulamento do Plano.

Para a avaliação atuarial do exercício foram utilizados os dados cadastrais posicionados em 31 de dezembro de 2019 e as seguintes hipóteses e premissas atuariais, atestadas pelo atuário responsável pelo Plano:

Quadro 21: Demonstrativo Metodologia de Avaliação Atuarial Plano CD

Hipótese	Utilizada na Avaliação Atuarial 2019	Utilizada na Avaliação Atuarial 2018
Tábua de mortalidade geral (válidos)	AT - 2000 M&F suavizada em 10%	AT - 2000 M&F suavizada em 10%
Taxa real anual de juros	4,23%	4,23%

Fonte: LAUDO ATUARIAL PLANO BD DA MERCER GAMA

11.3 – Provisões Consolidadas

O quadro a seguir demonstra as provisões matemáticas consolidadas dos Planos de Benefício Definido e Contribuição Definida:

Quadro 22: Demonstrativo das Provisões Matemáticas Consolidadas

DESCRIÇÃO	Exercício 2019 R\$ Mil	Exercício 2018 R\$ Mil
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	1.461.457	1.346.448
1. Provisões Matemáticas	1.739.121	1.769.422
1.1. Benefícios Concedidos	1.518.466	1.435.863
Contribuição Definida	4.983	1.037
Benefício Definido	1.513.483	1.434.826
1.2. Benefício a Conceder	380.160	392.660
Contribuição Definida	63.226	50.906

Saldo de contas – parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	31.329	25.228
Saldo de contas - parcela participantes	31.897	25.678
Benefício Definido	316.934	341.754
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(159.505)	(59.101)
(-) Serviço passado	(49)	(42)
(-) Participantes	(49)	(42)
(-) Déficit Equacionado	(159.456)	(59.059)
(-) Patrocinador (es)	(49.308)	(19.817)
(-) Participantes	(20.446)	(8.226)
(-) Assistidos	(89.702)	(31.016)
2. Equilíbrio Técnico	(277.664)	(422.974)
2.1. Resultados Realizados	(277.664)	(422.974)
Déficit técnico acumulado	(277.664)	(422.974)

Fonte: Balançetes de Dezembro exercícios 2019 e 2018

A variação das provisões matemáticas de benefício a conceder e benefício concedido na avaliação atuarial de 2019 se deve especialmente ao reajuste de salários e benefícios e à movimentação cadastral observada entre os exercícios de 2018 e 2019. Por outro lado, a provisão matemática total reduziu em função da elevação da provisão a constituir, decorrente da implantação do equacionamento do exercício de 2018.

NOTA 12 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Compreende o excedente ou a insuficiência patrimonial (deficit/superavit) em relação aos compromissos totais da Fundação.

O Plano BD apresentou, no exercício, superavit técnico de R\$ 145.310 mil. Dessa forma, o deficit acumulado passou de (R\$ 422.974) mil em 31/12/2018, para (R\$ 277.664) mil em 31/12/2019, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. O resultado superavitário do Plano no exercício apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, do ganho de rentabilidade e do equacionamento de deficit ocorridos no exercício. Contudo é possível dizer que a parcela do déficit acumulado observado no Plano seja de natureza estrutural, conforme estudos realizados pela Fundação.

A situação deficitária do Plano foi amenizada em função do ganho atuarial decorrente da rentabilidade alcançada e pela implantação do terceiro equacionamento relativo ao exercício de 2018. No período compreendido entre janeiro/2019 e dezembro/2019, a meta atuarial do Plano foi de 9,70%, composta pelo INPC de 4,48% mais taxa de juros de 5,00%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 16,73% representando um ganho atuarial de 6,41%.

Cumprе ressaltar que a rentabilidade e, conseqüentemente, o resultado do Plano, foram influenciados pela alteração da marcação de parte dos títulos mantidos até o vencido para a marcação a mercado, ocorrida em 31 de dezembro de 2019, baseados em estudos realizados pela Fundação.

O Plano CD não apresenta superavit/deficit, uma vez que todos os valores que ingressam ao Plano, seja a título de contribuição ou a título de rentabilidade, são integralmente direcionados para a constituição de Provisões Matemáticas e Fundos, mantendo, desta forma, uma equalização constante entre ativos e passivos.

NOTA 13 – AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em informações complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

A partir do exercício de 2014, a Fundação passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2019 do Plano BD resultou em um valor positivo de R\$151.351, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 23: Demonstrativo Ajuste da Precificação

Ano Vencimento	Freq. Anual	Qtde. Títulos	Taxa Média (%)
2021	1	1.350	6,12
2023	7	13.840	6,70
2024	2	11.850	8,32
2026	4	12.370	6,36
2030	4	55.158	6,67
2035	11	45.260	7,03
2040	5	11.400	6,10
2045	5	51.000	7,96
2050	10	34.473	5,88
2055	5	16.450	6,51
Total	54	253.151	6,76

Fonte: ATUARIO FACEB

Valor Contábil	R\$ 780.642.718
Valor Ajustado	R\$ 931.993.706
Ajuste	R\$ 151.350.988

A parcela do déficit acima do limite estabelecido pelo Artigo 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, calculado pela seguinte fórmula: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, deverá ser objeto de plano de equacionamento. O valor do limite, considerando a fórmula anterior, montava em (R\$ 136.681 mil). Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 12,18 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2019.

Após o ajuste de precificação, apurou-se um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de (R\$ 126.313 mil). Assim o equilíbrio técnico ajustado passou a ser à base de cálculo para a apuração do resultado para equacionamento de deficit técnico do plano, que por ser inferior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de (R\$ 136.681 mil) ou 8,18% das Provisões

Matemáticas, apurado com base na Duração do Passivo de 12,18 anos em 31/12/2019, não resultará na obrigatoriedade de equacionamento no exercício de 2020.

Vale ressaltar que nos exercícios anteriores foram apurados os seguintes saldos a equacionar:

ANO	VALOR (R\$ MIL)	PRAZO (MÊS)
2016	33.185	216,9
2017	25.654	209
2018	100.542	223

NOTA 14 – FUNDOS

O valor de R\$ 19.673 mil (R\$ 16.610 mil em 2018) representa o total registrado nos Fundos (Previdenciais, Administrativos e Investimentos).

14.1 - Fundos Previdenciais - Fundo Coletivo (Plano CD)

O Fundo Coletivo foi constituído no exercício de 2019 pelas transferências dos saldos verificados nas contas previdenciais dos participantes, que efetuaram resgate por motivo de cancelamento de inscrição, decorrente das parcelas não resgatáveis, correspondente às contribuições dos Patrocinadores mais a sua respectiva remuneração.

Quadro 24: Variação Fundo Coletivo

DESCRIÇÃO	2019 R\$ Mil	2018 R\$ Mil
FUNDO COLETIVO	2.118	1.166
SALDO ANTERIOR	1166	827
CONSTITUIÇÕES	952	339

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2019 e 2018

Dessa forma, o Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições da(s) Patrocinadora(s), às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios. Este fundo poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas ou valorização da cota patrimonial, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da FACEB, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

14.2 - Fundo Administrativo

É formado pelas sobras do custeio administrativo, apuradas mensalmente, mais a remuneração dos seus recursos que estão aplicados no Fluxo de Investimentos. O valor deste fundo, na data do balanço, é R\$ 15.445 mil (R\$ 13.596 mil em 2018), suficiente para garantir o ativo permanente, que nessa data totaliza R\$ 202 mil (R\$ 180 mil em 2018).

A movimentação do fundo administrativo nos exercícios findos em 31 de dezembro foi efetuada da seguinte forma:

Quadro 25: Variação Fundo Administrativo

DESCRIÇÃO	2019 R\$ Mil	2018 R\$ Mil
FUNDO ADMINISTRATIVO	15.445	13.596
SALDO ANTERIOR	13.596	13.943
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	16.003	14.981
DESPEAS ADMINISTRATIVAS DO EXERCÍCIO	(14.990)	(16.222)
REMUNERAÇÃO DO FUNDO	836	894

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2019 e 2018

Do total de R\$ 15.445 mil, o valor R\$ 9.310 mil corresponde a participação do plano “BD” e o valor de R\$ 6.135 mil corresponde a participação do plano “CD”.

14.3 - Fundo de Quitação de Empréstimos p/ Risco

Este fundo representa a garantia para possíveis perdas com empréstimos concedidos aos participantes da Fundação e foi criado em cumprimento ao Regulamento de Empréstimo a Participantes. Os recursos que constituem este fundo são oriundos da taxa de 0,5%, deduzida no ato de liberação de cada empréstimo aos participantes, acrescidos de mais 1% caso o participante não tenha constituído reserva de poupança suficiente para cobrir o valor do empréstimo no caso de participantes do plano BD, e ainda do recebimento mensal de remuneração, proporcional a seus recursos aplicados. Na data do balanço o seu montante é R\$ 2.110 mil (R\$ 1.848 mil em 2018). No plano CD o risco passou a ser coberto pela seguradora Mongeral S/A.

Quadro 26: Variação Fundo Quitação de Empréstimos p/ Risco

DESCRIÇÃO	2019 R\$ Mil	2018 R\$ Mil
FUNDO DE INVESTIMENTO	2.110	1.848
SALDO ANTERIOR	1.848	1.807
CONSTITUIÇÕES	414	290
REVERSÕES	(152)	(249)

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2019 e 2018

NOTA 15 – GESTÃO ASSISTENCIAL

Está registrado o passivo total do plano de assistência à saúde, com registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O ativo e o passivo totalizam o valor de R\$ 47.119 mil (R\$ 44.806 mil em 2018), sendo R\$ 13.082 mil (R\$ 7.531 mil em 2018) corresponde ao Patrimônio Social, sendo constituído no exercício de 2019 o valor de R\$ 5.551 mil (R\$ 3.896 mil em 2018).

Quadro 27: Gestão Assistencial

NOME DA CONTA	2019	2018
GESTÃO ASSISTENCIAL	47.119	44.806

Fonte: Balançetes de Dezembro exercícios 2019 e 2018

NOTA 16 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes da consolidação das Demonstrações contábeis no período de 2019 e 2018.

Quadro 28: Demonstrativo de Ajustes e Eliminações (Consolidado)

DESCRIÇÃO	2019	2018
ATIVO	(16.322)	(14.180)
REALIZÁVEL	(16.322)	(14.180)
GESTÃO PREVIDENCIAL	-	(-)
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	-	(-)
GESTÃO ADMINISTRATIVA	(16.322)	(14.163)
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	(877)	(567)
PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	(15.445)	(13.596)
GESTÃO INVESTIMENTOS	-	(17)
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	(9)
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-	(8)
PASSIVO	(16.322)	(14.180)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	(877)	(584)
GESTÃO PREVIDENCIAL	(411)	(434)
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	(411)	(434)
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	(9)
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	-	(9)
INVESTIMENTOS	(466)	(141)
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	(466)	(141)
PATRIMÔNIO SOCIAL	(15.445)	(13.596)
PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	(15.445)	(13.596)

Fonte: Balançetes de Dezembro exercícios 2019 e 2018

NOTA 17 – PARTES RELACIONADAS

A Faceb administra planos de benefícios conforme descrito na Nota 1, os aportes dos participantes, assistidos e patrocinadores desses planos de benefícios estão relacionados no quadro a seguir:

Quadro 29: Receita de contribuição de participantes e patrocinadores

Plano	2019		2018	
	Patrocinadora	Participantes	Patrocinadora	Participantes
PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO - BD	6.168	15.780	5.868	14.463
CEB	6.054	15.629	5.673	14.217
FACEB	114	151	195	246
PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – CD	6.230	6.353	5.351	5.977
CEB	5.910	6.033	5.059	5.685
FACEB	320	320	292	292
TOTAL	12.398	22.133	11.219	20.440

Fonte: Balançetes de Dezembro exercícios 2019 e 2018

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos à alta administração (Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos) são apresentados como segue:

Quadro 30: Custos com Remuneração Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.

Descrição	2019	2018
Benefícios de curto prazo (remuneração, contribuição para INSS, FGTS e outros)	1.869	1.708
Benefícios pós-emprego (contribuição patronal Plano de Benefícios)	101	89
Total	1.970	1.797

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2019 e 2018

NOTA 18 – SALDOS DE CONTAS COM DENOMINAÇÃO “OUTROS”

Conforme determina a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, item II, apresenta-se a seguir os saldos relevantes das contas “Outros” nos seus respectivos grupos de contas. Segundo essa norma a entidade deverá apresentar detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação “Outros”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas.

Contas de Resultado

- **Gestão Administrativa Previdencial – Serviços de Terceiros**

Apresenta saldo na conta “Outros” no montante de R\$ 499 mil (R\$ 392 mil em 2018). Este valor refere-se a despesas com serviços de terceiros, como vigilância, limpeza, locação de sistemas etc.

- **Gestão Administrativa Investimento – Serviços de Terceiros**

Apresenta saldo na conta “Outros” no montante de R\$ 259 mil (R\$ 331 mil em 2018). Este valor refere-se a despesas com serviços de terceiros, como vigilância, limpeza, locação de sistemas etc.

NOTA 19 – ESTRATÉGIAS PREVIDENCIAIS

Por meio da análise da NOTA 12 – EQUILÍBRIO TÉCNICO verifica que no exercício de 2019 foi apurado deficit acumulado de (R\$ 277.664) mil. Dessa forma, nota-se que o patrimônio do Plano BD é menor que os recursos necessários para garantir os pagamentos. Por isso foram necessários os equacionamentos dos exercícios 2016, 2017 e 2018, que nada mais é do que o financiamento desse deficit.

Com o passar dos anos, o Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da Faceb – BD foi registrando vários deficits, até que em 2018 todos que faziam parte desse plano (patrocinadoras, participantes ativos e assistidos) foram obrigados a contribuir para equacionar os deficits. O equacionamento, que é obrigatório, tem o objetivo de reconstituir

o equilíbrio do Plano BD, preservando o direito dos participantes em receber seus benefícios futuros.

É nesse contexto que entrou em ação o estudo das Estratégias Previdenciais, elaboradas pela empresa Mercer Gama – uma das maiores do mundo em seu segmento – para solucionar os problemas decorrentes dos deficits sucessivos do Plano BD. Baseada em estudos consistentes, as Estratégias Previdenciais foram criadas para dar aos participantes e assistidos à opção de migrar para outros planos, o que hoje ainda não é possível. Assim foram submetidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC o regulamento dos novos planos (Plano BD, Plano BD SALDADO e Plano CEBPREV).

As Estratégias Previdenciais foram aprovadas pelas patrocinadoras, órgão de governança EP/GDF e no dia 17/03/2020 foi publicada pela PREVIC, no Diário Oficial da União – DOU, a portaria N° 196, de 13 de março de 2020, autorizando a implementação.

Brasília, 19/03/2020.

Marco Antonio Vieira

Presidente

CPF 239.337.041-20

Naor Alves de Paula Filho

Diretor Administrativo-Financeiro

CPF 307.609.091-72

Naor Alves de Paula Filho

Diretor de Benefícios (em exercício)

CPF 307.609.091-72

André Bahia Ribeiro

Contador CRC-DF 19172

CPF 005.378.011-62

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://www.clouddocs.com.br/ValidarDocumento.aspx>
informando o código CRC: 6C2B657864613968706F383D / Página 29 de 29